

EQUIDADE E INCLUSÃO ESCOLAR: O PAPEL DOS ESTAGIÁRIOS DE APOIO NA REDE PÚBLICA DE OLINDA-PE

Leandra Fabiana Barbosa dos Santos¹
Diogenes José Gusmão Coutinho²

RESUMO: A busca por equidade tem orientado as políticas educacionais brasileiras e consolidado a inclusão escolar como um princípio essencial da educação contemporânea. Garantir a matrícula de alunos com deficiência é apenas o primeiro passo, a inclusão implica oferecer condições efetivas de participação, aprendizagem e desenvolvimento, em consonância com os princípios legais e pedagógicos que estruturam a educação básica no país. No entanto, entre a legislação e a realidade das escolas públicas, ainda persistem lacunas que revelam a necessidade de estratégias concretas para viabilizar uma educação verdadeiramente inclusiva. Nesse cenário, os estagiários de apoio assumem papel relevante como mediadores no processo de construção de práticas pedagógicas inclusivas, atuando diretamente com estudantes com deficiência e colaborando com professores no cotidiano escolar. Neste trabalho, procura-se analisar a atuação dos estagiários de apoio na Rede Municipal de Ensino de Olinda-PE, tomando como referência a Escola Municipal Claudino Leal, que atende aproximadamente 756 estudantes, dos quais 58 são identificados com algum tipo de deficiência. Nessa unidade, 26 estagiários atuam de forma distribuída entre os turnos manhã e tarde, evidenciando como esses profissionais em formação se tornaram elo indispensável para garantir que os estudantes participem de forma ativa no cotidiano da escola. Conforme Mantoan (2003), a inclusão escolar não se resume à presença física do estudante em sala de aula, mas exige a transformação da cultura pedagógica para acolher a diversidade. Nesse sentido, a atuação dos estagiários aproxima o discurso da prática, oferecendo suporte direto para que a escola cumpra sua função social de garantir equidade. Metodologicamente, o estudo apresenta abordagem qualitativa, utilizando questionários, entrevistas e observação participante como instrumentos de coleta de dados. Essa escolha possibilitou captar percepções, experiências e desafios enfrentados por estagiários, professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e pela gestão escolar. Os achados indicam que, embora a atuação desses estagiários contribua para a mediação pedagógica, para a socialização e para a autonomia dos estudantes, ela ainda é marcada por limites significativos, como a ausência de formação específica, a insuficiência de materiais pedagógicos disponíveis, muitas vezes já desgastados e em quantidade inferior à demanda dos alunos. Tais aspectos dialogam com a análise de Sassaki (2009), que destaca a necessidade de eliminar barreiras físicas, atitudinais e institucionais para a plena efetivação da inclusão. Conclui-se que os estagiários de apoio constituem um recurso indispensável para a promoção da equidade educacional, colaborando com a construção de práticas pedagógicas inclusivas no cotidiano escolar. No entanto, sua atuação só alcançará pleno potencial caso sejam implementadas políticas públicas consistentes, capazes de garantir maior valorização, acompanhamento e condições adequadas de trabalho. Observa-se, assim, que os estagiários representam não apenas um suporte imediato aos estudantes, mas um sinal concreto de compromisso ético e político com uma escola pública que tenha a equidade como horizonte de ação.

3111

Palavras-chave: Equidade. Inclusão escolar. Estagiários de apoio. Prática pedagógica inclusiva.

¹Pós-Graduação em Gestão e Coordenação Pedagógica.

²PhD in Biology from UFPE. Coordenador do Curso de Ciências da Educação da Christian Business School. <https://orcid.org/0000-0002-9230-3409>.

ABSTRACT: The pursuit of equity has guided Brazilian educational policies and consolidated school inclusion as an essential principle of contemporary education. Ensuring the enrollment of students with disabilities is only the first step; true inclusion requires creating effective conditions for participation, learning, and development, in line with the legal and pedagogical principles that shape basic education in the country. However, gaps remain between legislation and the daily reality of public schools, highlighting the need for concrete strategies to achieve truly inclusive education. Within this context, support interns play a relevant role as mediators in the construction of inclusive pedagogical practices, working directly with students with disabilities and collaborating with teachers in the school routine. This study analyzes the role of support interns in the Municipal Education Network of Olinda-PE, focusing on Claudino Leal Municipal School, which serves approximately 756 students, including 58 identified with some type of disability. At this institution, 26 interns work across morning and afternoon shifts, evidencing how these training professionals have become essential links to guarantee students' active participation in school life. As Mantoan (2003) points out, inclusion goes beyond the student's physical presence in the classroom; it requires transforming pedagogical culture to embrace diversity. In this sense, the interns' performance bridges discourse and practice, offering direct support so that schools may fulfill their social role of ensuring equity. Methodologically, the research adopts a qualitative approach, using questionnaires, interviews, and participant observation as data collection instruments. This choice allowed the identification of perceptions, experiences, and challenges faced by interns, specialized education teachers, and school management. The findings indicate that, although the interns' actions contribute to pedagogical mediation, socialization, and students' autonomy, their work is still marked by significant limitations, such as the lack of specific training and the insufficiency of pedagogical materials, often worn out and scarce in relation to student demand. These aspects align with Sassaki's (2009) analysis, which emphasizes the need to eliminate physical, attitudinal, and institutional barriers for the full realization of inclusion. It is concluded that support interns represent an indispensable resource for promoting educational equity, contributing to the development of inclusive pedagogical practices in schools. However, their role will only reach its full potential if consistent public policies are implemented to guarantee greater recognition, monitoring, and adequate working conditions. Thus, support interns are not only immediate support for students, but also a concrete sign of ethical and political commitment to a public school system that embraces equity as a guiding principle.

Keywords: Equity. School inclusion. Support interns. Inclusive pedagogical practice.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos, a inclusão tem se afirmado como um fundamento essencial das políticas de educação no Brasil, fortalecida por documentos e legislações como a Constituição de 1988, a LDB de 1996, a Declaração de Salamanca e a Lei Brasileira de Inclusão. Mais do que garantir a matrícula de estudantes com deficiência em classes comuns, a inclusão pressupõe o compromisso ético e político de assegurar condições equitativas de participação e aprendizagem, respeitando a singularidade de cada aluno. Nesse sentido, a equidade não se

confunde com igualdade formal: implica oferecer recursos diferenciados para que todos tenham oportunidades reais de desenvolver suas potencialidades.

Como professora da rede pública de Olinda desde 2008, pude acompanhar de perto os avanços e desafios desse processo. Ao longo da minha trajetória, percebi uma resistência significativa de parte dos docentes em relação à presença de estagiários em sala de aula, muitas vezes vistos como um elemento que atrapalhava, em vez de colaborar para a inclusão. Essa percepção foi reforçada também em experiências profissionais em outras redes municipais, quando ficou evidente a fragilidade da formação inicial de muitos estagiários, especialmente no que diz respeito ao cuidado e ao acompanhamento pedagógico. Esses episódios revelaram que a inclusão não pode ser efetiva sem investimento na formação e no reconhecimento desses jovens profissionais.

A ausência de normativas claras sobre as funções atribuídas aos estagiários de apoio é uma das fragilidades mais evidentes da política de inclusão. Diversos estudos já alertaram para essa indefinição: Mousinho et al. (2010) e Macedo (2016) destacam que a falta de orientação objetiva compromete a efetividade do apoio educacional, gerando insegurança quanto ao alcance da função. Essa percepção também emergiu nos relatos dos estagiários entrevistados nesta pesquisa, que afirmaram não ter recebido instruções suficientes para lidar com as demandas de estudantes com deficiência. Assim, a crítica da literatura encontra eco na realidade da rede pública de Olinda, evidenciando a distância entre a importância social do papel e as condições oferecidas para exercê-lo.

3113

Na Escola Municipal Claudino Leal, campo empírico desta pesquisa, essa realidade ganha contornos concretos: a unidade atende 756 estudantes, dos quais 58 têm deficiência, acompanhados por 26 estagiários distribuídos entre os turnos da manhã e da tarde. Esses números, mais do que estatísticas, expressam a urgência de compreender o papel que esses estagiários desempenham na mediação pedagógica, na permanência e na participação dos estudantes no espaço escolar. Conforme Mantoan (2003), a inclusão não se limita à presença física do aluno em sala de aula, mas exige a transformação das práticas pedagógicas e da cultura escolar para que a diversidade seja acolhida.

Diante desse contexto, este artigo busca analisar o papel dos estagiários de apoio na inclusão escolar de alunos com deficiência na rede pública de Olinda-PE, destacando suas contribuições, potencialidades e limites. Busca-se, ainda, refletir sobre a necessidade de políticas públicas que reconheçam e valorizem esses atores, garantindo-lhes formação e

condições adequadas de atuação. Mais do que uma exigência acadêmica, este estudo representa um esforço pessoal e profissional para dar voz a um problema que atravessa o cotidiano das escolas públicas: a distância entre os princípios de equidade inscritos na legislação e a realidade concreta da inclusão escolar.

2. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, realizada em campo na Escola Municipal Claudino Leal, localizada em Olinda-PE. O número considerável de estagiários torna a escola um espaço privilegiado para analisar a relação entre equidade, inclusão e o papel desempenhado pelos estagiários no cotidiano escolar.

Optou-se pela pesquisa qualitativa por possibilitar a compreensão de significados, percepções e experiências que não poderiam ser reduzidos a dados numéricos. Nesse sentido, o estudo buscou apreender como os estagiários de apoio percebem e vivenciam sua função, além de identificar os limites e as potencialidades de sua atuação. Conforme Gil (2002), a pesquisa de campo é adequada quando se deseja observar os fenômenos em seu ambiente natural, o que se mostrou essencial para o alcance dos objetivos propostos.

3114

A coleta de dados ocorreu entre março e junho de 2025 e envolveu três instrumentos complementares: questionários, entrevistas semiestruturadas e observação participante. Os questionários permitiram reunir informações gerais sobre a formação, as práticas e as dificuldades enfrentadas pelos estagiários; as entrevistas possibilitaram aprofundar aspectos subjetivos, como percepções e sentimentos em relação à inclusão; e a observação participante contribuiu para registrar situações concretas do cotidiano escolar. Essa triangulação assegurou maior riqueza interpretativa e confiabilidade aos resultados.

Participaram da pesquisa 11 estagiários de apoio, a professora responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a vice-diretora da escola. A seleção dos sujeitos baseou-se no critério de envolvimento direto com estudantes com deficiência. Os dados coletados foram analisados à luz da técnica de análise de conteúdo de Bardin (2016), que se mostrou adequada por permitir a categorização e interpretação de discursos, articulando-os tanto com a fundamentação teórica quanto com a realidade observada.

Foi apresentado a cada participante o propósito do estudo e aceitaram contribuir de forma voluntária, garantindo o cumprimento dos princípios éticos da investigação acadêmica,

especialmente no que se refere ao respeito, à confidencialidade e à preservação da identidade dos sujeitos.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Inclusão escolar e equidade

Reconhecer a inclusão escolar como avanço é indispensável; entretanto, sua efetivação permanece entre os maiores desafios enfrentados pela educação nos dias atuais. Diferente do modelo integracionista, que apenas inseria o estudante com deficiência em turmas regulares sem promover mudanças significativas, a perspectiva inclusiva exige a transformação do currículo, das práticas pedagógicas e da gestão escolar. Para Mantoan (2003, p. 25), “incluir é reconhecer o direito à diferença e criar condições para que todos aprendam juntos, ainda que por caminhos distintos”. Essa compreensão rompe com a ideia de uniformidade e valoriza a diversidade como parte essencial do processo educativo.

No Brasil, essa concepção foi consolidada em diferentes marcos legais. A Constituição Federal de 1988 reconhece a educação como direito de todos, e a LDB nº 9.394/1996, em seu artigo 59, determina que os sistemas de ensino devem oferecer currículos, métodos e recursos que atendam às necessidades específicas dos estudantes com deficiência. Em anos mais recentes, a PNEEPEI (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015) reforçaram a necessidade de consolidar a equidade como princípio orientador da educação.

3115

A equidade, nesse contexto, não deve ser confundida com igualdade formal. Enquanto a igualdade pressupõe oferecer as mesmas condições a todos, a equidade significa reconhecer desigualdades históricas e garantir apoios diferenciados, de modo que cada aluno tenha condições reais de aprendizagem. Sassaki (2009) reforça que uma sociedade inclusiva é aquela capaz de eliminar barreiras físicas, atitudinais e institucionais, ampliando a participação plena de todos.

Entretanto, entre os avanços legais e a realidade cotidiana das escolas públicas, persistem contradições. Mendes (2006) adverte que a matrícula do estudante com deficiência não garante, por si só, sua inclusão, se não houver práticas pedagógicas que assegurem participação efetiva. Essa distância entre norma e prática é evidente na rede pública de Olinda: embora a legislação preveja equidade, os estagiários de apoio relatam enfrentar a falta de formação específica, a escassez de materiais adaptados e dificuldades estruturais das escolas da redes, onde alguns deles já desempenharam suas funções. Nesse sentido, os princípios

assegurados em documentos oficiais colidem com as condições concretas de trabalho, evidenciando que a inclusão ainda se encontra em processo de construção.

3.2 Prática pedagógica inclusiva

A prática pedagógica inclusiva ultrapassa a simples adaptação de conteúdos, configurando-se como uma mudança de paradigma na forma como a escola entende o ensino e a aprendizagem. Fundamentada em princípios democráticos, busca assegurar que todos os estudantes, com ou sem deficiência, participem ativamente do processo educativo. Freire (1987) argumenta que a prática docente não deve se limitar à transmissão de informações; ao contrário, deve abrir caminhos para que o conhecimento seja produzido coletivamente. Essa visão coloca o aluno como parte essencial do processo de aprendizagem, reconhecendo sua autonomia e participação.

Souza (2006) salienta que uma pedagogia inclusiva não pode se limitar a ações pontuais, mas deve estruturar-se como um projeto coletivo, envolvendo gestão, professores, estagiários e famílias. Essa análise encontra correspondência no cotidiano da rede pública de Olinda, onde a ausência de planejamento integrado entre professores regentes e estagiários ainda constitui um desafio recorrente. Oliveira (2009) ressalta que a inclusão se consolida por meio do planejamento compartilhado, embora este nem sempre ocorra de forma efetiva. Em muitas situações, observa-se a presença de práticas pedagógicas fragmentadas e com pouca articulação entre os profissionais.

3116

Mesmo com os progressos garantidos pelas legislações e pelas propostas pedagógicas, a inclusão escolar esbarra em limitações concretas. De acordo com Glat e Pletsch (2012), a carência de recursos e a dificuldade de parte dos profissionais em alterar sua rotina contribuem para a manutenção de práticas pouco inclusivas. Martins (2011) reforça que a ausência de diálogo entre professores regentes e profissionais de apoio fragiliza a construção de ações consistentes, esvaziando o potencial transformador da inclusão.

Nesse cenário, a atuação dos estagiários de apoio torna-se crucial. Mesmo diante de limitações estruturais e da falta de formação específica, eles contribuem para a permanência dos estudantes com deficiência e favorecem sua participação em atividades escolares. Observou-se, por exemplo, que esses estagiários, ao acompanhar alunos em tarefas de leitura, escrita e socialização, ajudaram a reduzir barreiras e aproximaram a prática pedagógica do ideal de equidade previsto nos marcos legais.

3.3 O papel dos estagiários de apoio

A presença dos estagiários de apoio nas escolas públicas brasileiras emerge como resposta à crescente demanda por práticas inclusivas. Embora ainda pouco regulamentada, sua função tornou-se fundamental para viabilizar a permanência e a participação de estudantes com deficiência no espaço escolar. Segundo Mousinho et al. (2010), a atuação desses profissionais em formação é marcada pela ambiguidade: ao mesmo tempo em que contribuem para o desenvolvimento pedagógico dos alunos, enfrentam a ausência de reconhecimento institucional e de delimitação clara de suas atribuições.

Esse dilema aparece de forma evidente na rede pública de Olinda. Durante as entrevistas realizadas para esta pesquisa, os estagiários relataram sentir insegurança em relação às suas funções, já que não receberam orientações suficientes sobre como apoiar de modo específico os estudantes com deficiência. Essa percepção confirma a crítica da literatura, segundo a qual a indefinição das atribuições compromete a efetividade do apoio educacional (Macedo, 2016; Mousinho et al., 2010).

Apesar dessas limitações, os estagiários de apoio desempenham um papel estratégico no cotidiano escolar. Glat e Pletsch (2012) destacam que, em muitos casos, eles se tornam mediadores entre professores, estudantes e famílias, criando possibilidades de comunicação e socialização que dificilmente ocorreriam sem sua presença. Essa mediação foi observada na Escola Municipal Claudino Leal, onde os estagiários auxiliaram estudantes em atividades de leitura, escrita e locomoção, além de colaborarem na adaptação de práticas pedagógicas. Nesses contextos, sua atuação contribuiu diretamente para reduzir barreiras e aproximar a escola do ideal de equidade.

Carvalho (2013) lembra que a inclusão depende de uma rede de apoios, e não apenas da ação isolada do professor regente. Nesse sentido, os estagiários ampliam a forma como a instituição escolar busca responder às demandas da diversidade, ainda que de forma precária e sem formação específica. Martins (2011) acrescenta que a presença desses jovens profissionais, quando acompanhada de planejamento pedagógico coletivo, potencializa a efetividade das práticas inclusivas. No entanto, quando o estagiário é tratado apenas como “ajudante” sem preparo ou inserção no planejamento, sua contribuição tende a se diluir.

Assim, o papel dos estagiários de apoio deve ser compreendido não como uma função acessória, mas como parte integrante do processo inclusivo. Sua atuação revela-se indispensável para que a escola pública consiga traduzir, ainda que de forma limitada, os

princípios de equidade e inclusão previstos em lei. Reconhecer essa relevância implica avançar em políticas de formação, supervisão e valorização, de modo que esses jovens não sejam apenas presença provisória, mas agentes efetivos em formação de uma escola comprometida com a equidade e a inclusão.

3.4 Desafios e limites da atuação

Apesar da relevância dos estagiários de apoio no cotidiano escolar, sua atuação é atravessada por obstáculos que limitam a efetividade da inclusão. O primeiro deles refere-se à ausência de formação específica. Mendes (2006) alerta que a política de inclusão não se sustenta apenas com a presença de profissionais auxiliares, sendo indispensável oferecer condições institucionais que garantam práticas pedagógicas consistentes. No entanto, em muitos casos, os estagiários acabam exercendo suas funções sem preparação prévia, o que os leva a atuar de forma intuitiva e com pouca segurança.

As condições estruturais também configuram um desafio central. Sassaki (2009) destaca que a inclusão depende da eliminação de barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais. Essa análise encontra respaldo no contexto de Olinda, onde a falta de materiais pedagógicos inclusivos, a carência de recursos tecnológicos adaptados e a ausência de acessibilidade, rampas, em todos os espaços básicos da escola, dificultam tanto o trabalho dos estagiários quanto a autonomia dos estudantes com deficiência.

3118

Outro limite importante diz respeito ao reconhecimento institucional. Em muitas escolas, os estagiários são percebidos apenas como auxiliares ocasionais, sem participação efetiva no planejamento pedagógico. Martins (2011) aponta que a ausência de diálogo entre professores regentes e profissionais de apoio compromete a coerência das ações inclusivas, transformando-as em iniciativas isoladas e de baixo impacto.

Por fim, a precariedade do vínculo de estágio reforça a vulnerabilidade desses jovens profissionais. A bolsa de valor reduzido, a carga horária extensa e o caráter temporário da função contribuem para sentimentos de instabilidade, contrastando com a grande responsabilidade que assumem. Assim, ainda que a atuação dos estagiários seja indispensável para viabilizar a equidade, ela ocorre em condições que dificultam seu pleno desenvolvimento.

Reconhecer esses desafios é essencial para compreender por que, mesmo com a dedicação dos estagiários de apoio, a prática inclusiva nas escolas públicas ainda se distancia dos princípios de equidade assegurados em lei. Esse contraste evidencia a necessidade urgente

de políticas públicas que fortaleçam sua formação, valorização e inserção no planejamento pedagógico.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a análise dos dados, foram definidas cinco categorias analíticas, organizadas no Quadro 1. Elas sintetizam as dimensões observadas na atuação dos estagiários de apoio e serviram como eixo para a interpretação dos resultados.

Quadro 1 – Categorias analíticas e descritores operacionais

Categoria	Descrição sintética	Evidências (exemplos)
Dificuldades na atuação	Aspectos que limitam o trabalho do estagiário de apoio no cotidiano escolar.	Ausência de formação específica; escassez de materiais adaptados; barreiras arquitetônicas.
Mediação pedagógica	Ações de apoio direto ao estudante e ao professor que favorecem a aprendizagem.	Auxílio nas atividades; adequações simples de tarefas; suporte na organização da rotina.
Interação e participação	Promoção de vínculos e participação social do estudante com a turma.	Facilitação de interações entre pares; apoio em momentos coletivos; incentivo à autonomia.
Planejamento colaborativo	Práticas de trabalho conjunto com professores e AEE.	Alinhamento de objetivos pedagógicos; comunicação frequente; definição de estratégias.
Condições institucionais	Elementos estruturais e de gestão que influenciam a inclusão.	Carga horária e rotatividade; infraestrutura; disponibilidade de recursos de AEE.

3119

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2025).

4.1 Contribuições dos estagiários de apoio

A categoria mediação pedagógica mostrou-se central: eles auxiliaram estudantes em atividades de leitura, escrita e organização da rotina, além de realizarem pequenas adequações em tarefas. Essa prática confirma o que Glat e Pletsch (2012) destacam sobre o papel dos profissionais de apoio como mediadores entre o estudante e o conhecimento, reduzindo barreiras pedagógicas.

A categoria interação e participação também ganhou destaque, revelando como os estagiários favorecem vínculos sociais e estimulam a autonomia dos estudantes com deficiência. Observou-se, por exemplo, que sua presença em sala de aula facilitou interações entre pares e possibilitou maior engajamento em momentos coletivos. Essa contribuição

dialoga com Carvalho (2013), ao afirmar que a inclusão depende de uma rede de apoios e não apenas da ação isolada do professor regente.

Embora ainda pouco consolidado, o planejamento colaborativo apareceu como uma dimensão reconhecida, mas nem sempre efetivada. Oliveira (2009) e Martins (2011) defendem que a inclusão se fortalece quando há articulação entre professores regentes, AEE e estagiários. No entanto, os relatos coletados em Olinda indicaram que essa integração nem sempre ocorre, o que gera práticas desarticuladas. Ainda assim, quando houve troca de informações e alinhamento de objetivos, os resultados pedagógicos foram mais consistentes, confirmando a importância dessa categoria.

4.2 Desafios e limites enfrentados

Os dados também revelaram fragilidades importantes, sintetizadas na categoria dificuldades na atuação. A ausência de formação específica foi apontada pelos estagiários como um dos maiores entraves para o desenvolvimento do trabalho. Muitos relataram iniciar suas funções sem orientações claras, o que os levava a agir de forma intuitiva. Essa percepção confirma a análise de Mousinho et al. (2010) e Macedo (2016), que destacam a indefinição das atribuições como um fator que compromete a efetividade do apoio educacional.

3120

A categórica condições institucionais expôs a precariedade estrutural da escola. Barreiras arquitetônicas, falta de materiais inclusivos e rotatividade dos estagiários foram citadas como elementos que dificultam a continuidade das práticas. Essa realidade corresponde à crítica de Sassaki (2009), segundo a qual a inclusão depende da eliminação de barreiras de diferentes naturezas. No caso de Olinda, observou-se que a ausência de rampas adequadas em todos espaços da unidade, e a carência de recursos no AEE, tanto estruturais quanto materiais, comprometem não só a atuação dos estagiários quanto a autonomia dos alunos. Em alguns casos, os estagiários foram percebidos apenas como auxiliares eventuais, sem participação efetiva no planejamento pedagógico. Essa postura, como alerta Martins (2011), fragiliza a coerência das ações inclusivas e reduz o impacto de seu trabalho. Mendes (2006) acrescenta que a matrícula do estudante com deficiência não basta para assegurar inclusão se não houver condições pedagógicas que garantam sua participação efetiva, o que se confirma na realidade investigada.

Assim, os resultados mostram que, embora os estagiários sejam indispensáveis para viabilizar a equidade e a permanência dos estudantes, sua prática ainda se encontra atravessada

por lacunas formativas, estruturais e institucionais. Tais contradições evidenciam a distância entre os princípios legais de equidade e as condições concretas da rede pública, reforçando a necessidade de políticas que valorizem, formem e reconheçam esses jovens profissionais como parte integrante do processo inclusivo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como propósito analisar o papel dos estagiários de apoio na inclusão escolar de alunos com deficiência na rede pública de Olinda-PE, destacando suas contribuições, potencialidades e limites. A investigação, de caráter qualitativo, revelou que, apesar da ausência de formação específica e das fragilidades estruturais, esses jovens profissionais assumem uma função indispensável na mediação pedagógica e social, garantindo a permanência e a participação dos estudantes.

Os resultados evidenciaram que a atuação dos estagiários ultrapassa a dimensão de “ajuda eventual” e se aproxima de uma prática pedagógica essencial. Ao apoiar atividades de leitura, escrita, organização da rotina e locomoção, bem como ao favorecer interações sociais e vínculos de pertencimento, eles tornam a escola um espaço mais acessível e equitativo. Nesse sentido, confirmam as análises de Carvalho (2013) e Glat & Pletsch (2012), para quem a inclusão depende de uma rede de apoios articulados.

3121

Por outro lado, a pesquisa também trouxe à tona desafios que não podem ser ignorados. A falta de formação específica, a escassez de materiais adaptados, a precariedade da infraestrutura escolar e o não reconhecimento institucional fragilizam a efetividade da inclusão. Esses fatores confirmam a crítica de Mendes (2006) e Martins (2011), de que a matrícula, por si só, não garante inclusão se não houver condições concretas para a participação dos estudantes. No contexto de Olinda, os princípios assegurados em documentos legais, como a LDB (1996) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015), ainda se chocam com a realidade cotidiana das escolas.

Mais do que um diagnóstico acadêmico, este trabalho expressa também a experiência de uma profissional da educação que, desde 2008, vivencia de perto os dilemas e contradições do processo inclusivo. O olhar lançado sobre a Escola Claudino Leal não é apenas analítico, mas também comprometido com a transformação de uma realidade que ainda distancia o discurso da prática. Nesse sentido, a pesquisa representa um esforço de dar visibilidade a sujeitos muitas vezes silenciados — os estagiários de apoio —, cuja atuação, ainda marcada por

vulnerabilidades, mostra-se fundamental para que a escola pública avance em direção à equidade.

Como perspectiva futura, defende-se a necessidade urgente de políticas públicas que valorizem, formem e regulamentem a atuação desses profissionais em formação. É preciso garantir-lhes não apenas a bolsa-estágio, mas também acompanhamento pedagógico, inserção no planejamento escolar e condições estruturais para exercer suas funções. Mais do que presença provisória, sua contribuição deve ser reconhecida como parte integrante do processo inclusivo.

Assim, as considerações aqui apresentadas reforçam que a inclusão escolar, para além de marcos legais, é uma construção coletiva que demanda equidade, diálogo e compromisso. A voz dos estagiários, muitas vezes invisibilizada, precisa ser ouvida como parte dessa construção. Este trabalho, portanto, não se encerra em si mesmo: é um convite a que novas pesquisas, debates e práticas continuem alimentando a luta por uma escola verdadeiramente inclusiva e socialmente justa.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016.

CARVALHO, Rosita Edler. *Educação inclusiva: com os pingos nos “is”*. 7. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Marcia Denise. *Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais: políticas, práticas curriculares e formação de professores*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

MACEDO, Elizabeth Tunes. *Educação inclusiva: desafios e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 2016.

MARTINS, Lígia Márcia. *Inclusão escolar e formação de professores*. Campinas: Autores Associados, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez. 2006.

MOUSINHO, Renata; et al. Atuação do profissional de apoio escolar. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 23, n. 38, p. 341-356, 2010.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de. *Práticas pedagógicas inclusivas*. São Paulo: Cortez, 2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2009.

SOUZA, Vera Lúcia Trevisan de. *Educação inclusiva e formação de professores*. Campinas: Papirus, 2006.

DOCUMENTOS E LEGISLAÇÕES NACIONAIS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2015.